

**ENTRE DISCURSOS LITERÁRIOS E POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DOS POEMAS *O NAVIO NEGREIRO E VOZES D'ÁFRICA*, DE CASTRO ALVES, E DA *LEI ÁUREA*, SOB A PERSPECTIVA ABOLICIONISTA**

***BETWEEN LITERARY AND POLITICAL SPEECH: AN ANALYSIS OF THE POEMS THE SLACK SHIP AND VOICES FROM AFRICA, BY CASTRO ALVES, AND THE GOLDEN LAW, UNDER THE ABOLITIONIST PERSPECTIVE***

***ENTRE LOS DISCURSOS LITERARIOS Y POLÍTICOS: UN ANÁLISIS DE LOS POEMAS EL BARCO NEGRERO Y VOCES DE ÁFRICA, DE CASTRO ALVES, Y LEY DORADA, BAJO LA PERSPECTIVA ABOLICIONISTA***

**Isidro Albino José<sup>1</sup>  
Fábio do Vale<sup>2</sup>**

**RESUMO:** As lutas e resistências dos escravos no Brasil, os discursos literários produzidos por literatos comprometidos com as causas sociais no contexto brasileiro do século XIX, e os discursos políticos de pessoas conscientes da situação deplorável a que os negros estavam submetidos à época, sem dúvida, prepararam o caminho que levaria à Lei Áurea, que, oficialmente, pôs fim à escravização dos negros no Brasil (1888). A partir dos poemas *O Navio Negreiro* e *Vozes d'África*, e da *Lei Áurea*, à luz da análise do discurso em Michel Foucault, propomo-nos a examinar até que ponto as lutas dos oprimidos e os discursos literários e políticos têm em si força suficiente e, capazes de mobilizar consciências e corpos a ponto de gerar um movimento em busca de uma real libertação. Em outros termos, trataremos de perceber os impactos reais das resistências e dos discursos literários e políticos no indivíduo e na sociedade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Resistência; Discursos literários e políticos; Escravidão Negra; Lei Áurea.

**ABSTRACT:** The struggles and resistance of the slaves in Brazil, the literary speeches produced by literati committed to social causes in the Brazilian context of the 19th century, and the political speeches of people aware of the deplorable situation to which black people were subjected at the time, undoubtedly, prepared the path that would lead to the Golden Law, which officially put an end to the enslavement of black people in Brazil (1888). From the poems *The Slack Ship*, and *Voices from Africa*, and Golden Law, in the light of Michel Foucault's discourse analysis, we propose to examine the extent to which the struggles of the oppressed and literary and political discourses have

---

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos Literários pela Universidade de Aveiro / Portugal. albinojoseisidro@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor e Pós-doutor, coorientador, docente e coordenador de Pesquisa e Iniciação Científica na Faculdade Insted.

in sufficient strength and capable of mobilizing consciousness and bodies to the point of generating a movement in search of real liberation. In other words, we will try to understand the real impacts of resistance and literary and political discourses on the individual and in Brazilian society.

**KEYWORDS:** Struggles; Literary and political discourses; Black Slavery; Golden Law; Abolitionism.

**RESUMEN:** Las luchas y resistencias de los esclavos en Brasil, los discursos literarios producidos por literatos comprometidos con causas sociales en el contexto brasileño del siglo XIX, y los discursos políticos de personas conscientes de la deplorable situación a la que eran sometidos los negros en la época, sin duda, prepararon el camino que conduciría a la Ley Dorada, que oficialmente puso fin a la esclavización de los negros en Brasil (1888). A partir de los poemas *El Barco Negrero* y *Voces de África*, y de la *Ley Dorada*, a la luz del análisis del discurso de Michel Foucault, nos proponemos examinar en qué medida las luchas de los oprimidos y los discursos literarios y políticos tienen suficiente fuerza y son capaces de movilizar conciencias y cuerpos hasta el punto de generar un movimiento en busca de la liberación real. En otras palabras, intentaremos comprender los impactos reales de la resistencia y los discursos literarios y políticos en el individuo y en la sociedad brasileña.

**PALABRAS CLAVE:** Resistencias; Discursos literarios y políticos; Esclavitud Negra; Ley Dorada; Abolicionismo.

## INTRODUÇÃO

A assinatura da Lei que punha fim à escravidão no Brasil não é um ato isolado ou um evento que surge de forma repentina, e nem tão pouco resulta da bondade ou da compaixão dos escravistas; é antes de tudo o resultado de um processo longo, sangrento e persistente, que vem desde o surgimento da própria escravidão (com a resistência dos escravizados), passa pela incorporação das ideias iluministas transportadas da Europa para o contexto brasileiro e pela intensificação dos movimentos populares que se somaram aos discursos literários e políticos abolicionistas. Sinaliza-se, deste modo, para um despertar de consciências de pessoas de diversas classes sociais para o fim de um sistema obsoleto e vergonhoso (escravidão) que, nessa altura (séculos XVIII e XIX), já era combatido nacional e internacionalmente.

Consciente do contexto político e social do seu tempo, Castro Alves, por meio dos seus poemas, sobretudo, *O Navio Negreiro* e *Vozes d'África*, gerou,

silenciosamente, uma transformação na mente de quem o lia, e um movimento que aos poucos ganhava forma e se concretizou com o fim oficial da escravidão no Brasil e começo de tempos novos, que gerariam novas dinâmicas relacionais marcadas pelos desafios da reestruturação identitária em uma nova sociedade pós-escravidão.

Nossa ideia é analisar os poemas enquanto discursos abolicionistas, discursos que, unidos aos outros que também se faziam sentir naquela época e em épocas subsequentes, abriram caminhos para uma nova era de mobilização literária, social e política que desembocaria na Lei Áurea, que punha fim ao sistema escravocrata no Brasil.

### **Escravidão negra no Brasil e seus meandros**

Antes de passarmos para a análise dos poemas acima citados, cabe aqui uma breve consideração sobre a dialética da escravidão e os binarismos clássicos criados para marcarem profundamente as diferenças entre senhores e escravos e, perceber o caminho percorrido, que vai da escravidão ao abolicionismo. Certamente o processo passou por vários estágios e recebeu contribuições de pessoas que, com seus discursos literários e políticos, fizeram com que o fim da escravidão (por meio da oficial abolição da escravatura – Lei Áurea) se tornasse uma realidade.

É próprio do regime escravocrata acreditar e fazer outros acreditarem que a escravidão era uma instituição necessária e benéfica à sociedade. Trata-se de outro discurso (o discurso oficial) a deslegitimar as lutas abolicionistas. Há aqui um jogo entre razão (aquilo que é estabelecido como oficial) e loucura (discursos tidos como contravenção da ordem – logo, inaceitáveis). Assim foi a aparente luta vã travada, por séculos, pela população negra escravizada no Brasil até surgirem movimentos que a ela se uniram para fazer eco aos seus clamores.

O negro, desembarcado naquele território estranho e totalmente despojado da sua humanidade, passou a ser visto como um objeto suscetível a

empréstimo, doação, venda, hipoteca, confisco, enfim, sem direito a bens e a assistência jurídica. E como os escravizados - até, pelo menos, metade do século XIX - não podiam esperar de ninguém e de nenhuma instituição, interna ou externa, por algum tipo de defesa, eles próprios, destemidos, mobilizavam-se e reagiam aos maus-tratos como se pode ler na seguinte observação de Maria Jorge dos Santos Leite (2017, p. 73):

Até segunda metade do século XIX, os negros escravizados lutaram praticamente sozinhos contra a escravidão. A intensificação da luta contra a escravidão é proporcionada, em termos, por forças externas. Aquelas que constituíram o movimento abolicionista. Faziam parte desse movimento, profissionais como advogados, jornalistas, professores e outros, que juntos criticavam a manutenção da escravidão, dando apoio aos escravos na organização da resistência.

Os movimentos abolicionistas do século XIX uniram-se ao uníssono grito dos escravizados; entre eles (movimentos) os literatos, como Castro Alves e tantos outros, e também os políticos que, ao defenderem outros interesses, como justiça social e desenvolvimento socioeconômico e político do Brasil, acabaram por favorecer e acelerar o fim da escravidão no Brasil.

### **Castro Alves: um poeta abolicionista**

Antônio Frederico de Castro Alves, ou apenas, Castro Alves, como é por todos conhecido, nasceu aos 14 de março de 1847, na então freguesia de Curralinho, Bahia – Brasil. Atualmente a cidade leva o seu nome – Castro Alves – uma forma de homenagear o ilustre filho daquela terra; faleceu no dia 6 de julho de 1871, em Salvador, Bahia. De breve existência, porém, marcante, a ponto de ser considerado um dos maiores literatos brasileiros de todos os tempos.

Quando se pensa ou se fala sobre este autor, o que vem à tona é a intensidade com que viveu os seus poucos anos de existência: a sua visão de mundo, sua preocupação com os problemas sociais da sua época e seu posicionamento frente às injustiças que assolavam o Brasil, especificamente o fenômeno da escravidão da população negra.

Castro Alves é visto no mundo da literatura como um poeta engajado na luta contra a escravidão, um porta-voz da causa abolicionista, exatamente por causa de alguns dos seus poemas, concretamente, *O Navio Negreiro* e *Vozes d'África*, em que, visivelmente se nota um discurso claro de denúncia da exploração humana e um forte posicionamento a favor da abolição da escravidão.

Este mesmo autor é também conhecido como literato de elevado senso de liberdade e de justiça; por isso, luta principalmente por meio da literatura, contra as injustiças do seu tempo. Não é à toa que Jorge Amado, um dos grandes e consagrados literatos brasileiros, em seu livro intitulado *ABC de Castro Alves*, publicado pela primeira vez em 1941, ao referir-se a esse mesmo autor (Castro Alves), como forma de admiração e homenagem, diz:

[...] o mais belo espetáculo de juventude e de gênio que os céus da América presenciaram. No tempo que andou nestas e noutras ruas disse tantas e tão belas coisas [...], que sua voz ficou soando para sempre e é cada vez mais alta e cada vez mais a voz de centenas, de milhares, de milhões de pessoas. É a tua voz, negra, é a voz do cais inteiro e da cidade lá atrás também. Falou por todos nós como nenhum de nós falaria. É ainda hoje o maior e o mais moço de nós todos (AMADO, 2010, p. 13).

Obviamente não há nada de exagero nas palavras de Jorge Amado ao se referir a Castro Alves como um gênio, cuja voz fez diferença e ainda ecoa em milhares de pessoas que lutam pela liberdade e melhores condições sociopolíticas, em tempos e contextos diferentes. A história confirma sua capacidade de mobilização social e sua grande influência, por meio da literatura, na tomada de consciência dos problemas sociais da época, principalmente no que tange a escravidão. Certamente, recorrer aos seus poemas hoje, em pleno século XXI, não significa outra coisa senão reconhecer neles a fonte inspiradora e a força transformadora em qualquer contexto de opressão.

Interessam-nos seus poemas abolicionistas, já que nosso foco, neste artigo, consiste na análise dos discursos literários e políticos, certos de que não nos ocuparemos de toda obra (*Os Escravos*), de cujos poemas em destaque são retirados; tratar-se-á apenas de fazermos um recorte dos poemas escolhidos, que carregam em si um discurso abolicionista forte, coerente, relevante e

impactante a ponto de engajar outras pessoas, de diversos grupos sociais, na luta contra o mal que se pretendia erradicar da sociedade brasileira. Indubitavelmente, seu posicionamento como poeta social e os seus escritos influenciaram os debates políticos em curso, naquela época, a favor do abolicionismo e da justiça social.

A força inerente nos discursos abolicionistas mostra que não se trata de um jogo de palavras ou uma simples retórica, mas de transformação em potência, ou seja, palavras que escondiam dentro de si a força transformadora que no momento oportuno viessem a gerar a liberdade sonhada e articulada em suas narrativas.

Sabe-se, no entanto, que nem sempre os produtores e gerenciadores da escravidão se mostraram dispostos a ouvir e acolher vozes contrárias às suas (que sustentavam e defendiam a manutenção do sistema escravocrata). Aliás, como bem dizia Foucault (1979), sobre os discursos, ao longo da história, eles são validados pela instituição, segundo o critério da ordem das leis estabelecidas. Ou seja, nem todo o discurso é ouvido. Importa, de que maneira, o autor do discurso e o lugar de onde profere o discurso (para ser ouvido ou não).

Decerto, o lugar ideológico, a partir do qual surgem os poemas abolicionistas de Castro Alves, era o sistema escravocrata. Sendo assim, aos olhos das elites dominantes, compostas de pessoas que se beneficiavam do trabalho escravo, esse tipo de discurso não convinha, pois não se encontrava na esteira da ordem das leis estabelecidas; em outras palavras, esse tipo de discurso não sustentava a perpetuidade do regime vigente à época. Aqui entram em jogo os critérios e desejos das instituições que validam os discursos. Como bem referia Foucault:

[...] pode ser que essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação: inquietação diante do que é o discurso em uma realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas

palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades (FOUCAULT, 1996, p. 7 - 8).

Cabe aqui referir que Castro Alves sabia muito bem fazer da literatura a expressão da sociedade. Aliás, Antonio Candido de Mello Souza (1918-2017)<sup>3</sup>, na sua obra intitulada *Literatura e Sociedade* (1965), ajuda-nos a compreender a relação intrínseca entre a literatura e a sociedade. Ele chama a atenção sobre a tendência de, às vezes, considerar-se a obra literária como algo incondicional; concebê-la apenas como arte, livre de todas as influências externas. Isso não é verdade. A literatura e a sociedade, segundo Cândido, estão em permanente diálogo.

Há elementos externos que atuam sobre o autor e consequentemente sobre a obra. Ninguém fala a partir do nada. Ninguém escreve a partir do nada. Ninguém cria a partir do nada. Sendo assim, o contexto social do autor aparece, indubitavelmente, na sua produção literária. Aliás, é isso que fará com que a recepção (o público, dos mais simples à elite), reconhecendo-se na obra e vendo seus anseios representados nela, acolha e confirme a relevância da obra e do autor. Trata-se da fusão do texto e do contexto. Castro Alves soube muito bem articular nos seus poemas (*O Navio Negreiro* e *Vozes d'África*) a arte e os elementos socioculturais da sua época.

***O Navio Negreiro* e *Vozes d'África*: dois poemas e um discurso abolicionista a par dos discursos políticos do século XIX, igualmente abolicionistas.**

O longo poema de Castro Alves, *O Navio Negreiro*, é parte da sua obra intitulada *Os Escravos*, publicada postumamente em 1883; é constituída por seis partes, formando o único bloco que passamos a designar por discurso literário abolicionista. Usando da metáfora, o autor constrói o poema com uma marca forte de cunho social que aborda a situação dos negros no navio que os transportava das suas terras para o exílio, para o local da escravidão,

---

<sup>3</sup> Brasileiro, sociólogo, crítico literário, estudioso da literatura brasileira, escritor e professor.

concretamente da África para o Brasil, a fim de serem submetidos a uma vida desumana, marcada por exploração sem precedentes históricos.

Na primeira parte do poema, que designamos de espaço marítimo, o narrador, usando da possibilidade que só a literatura proporciona (de posicionar-se onde quiser, fora ou dentro do texto e contexto), faz-se um daqueles que estão no navio e usa a primeira pessoa do plural para dizer: *'Stamos em pleno mar... / 'Stamos em pleno mar... Do firmamento / 'Stamos em pleno mar... Dois infinitos...*

Entre a imensidão do mar e do infinito do firmamento está o finito, o negro a caminho da escravidão que, certamente, só estava nos seus passos iniciais e que atravessaria séculos e conheceria as mais refinadas atrocidades que o ser humano é capaz de cometer na relação com o semelhante (o outro, visto como diferente para justificar sua prática escravocrata). Mal se sabia que o tráfico dos africanos a caminho da escravidão duraria tantos séculos até à promulgação da Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850, chamada Lei Eusébio de Queiroz, que marcava o fim do tráfico dos africanos para o Brasil. Não era o fim da escravidão, mas, pelo menos, tratava-se do começo de um processo que sinalizava para o possível fim imediato, porquanto repreendia, daquela data em diante, o comércio humano vigente até então.

O mar é o espaço da cena, lugar onde tudo acontece, onde num primeiro momento o narrador parece vislumbrado com o que vê: a imensidão do mar e o firmamento sem limites, os dois infinitos, duas realidades que se cruzam formando o belo, a harmonia, a suavidade, o sublime como aparece na descrição do narrador: *Oh! que doce harmonia traz-me a brisa! / Que música suave ao longe soa! / Meu Deus! como é sublime um canto ardente / Pelas vagas sem fim boiando à toa!*

Logo em seguida há uma mudança de tom, a beleza vai se transformando no temor, visto que o barco vai se afastando cada vez mais da área conhecida e vai pelo mar adentro, para locais desconhecidos; *Por que foges assim, barco*

*ligeiro? / Por que foges do pávido poeta?* Quanto mais veloz for o barco mais distância do solo conhecido e menos esperança do retorno à Terra-mãe - África.

Na segunda parte do poema, o navio torna-se o lugar do encontro de pessoas (povo a caminho da escravidão, marinheiros vindos de várias nações como aparece nos versos selecionados): *Que importa do nauta o berço / Onde é filho, qual seu lar? / Do espanhol as cantilenas / Da Itália o filho indolente / O Inglês — marinheiro frio / O Francês — predestinado.* O navio é também lugar de desencontros de culturas, valores, sentimentos e objetivos. Enquanto os marinheiros visavam sua remuneração pelo transporte dos cativos, os africanos capturados e levados à força para trabalho escravo tinham suas vidas anuladas totalmente.

Na terceira parte, o narrador vê horrores e ouve cantos; não eram cantos de alegria, mas de tristeza. *Mas que vejo eu aí... Que quadro d'amarguras! / É canto funeral! ... Que tétricas figuras! ... / Que cena infame e vil... Meu Deus! Meu Deus! Que horror!* A imagem horrenda (imagem da dor presente e futura) que se vê nos porões do navio e o canto fúnebre que se ouve, apontam para o começo de tempos difíceis.

A quarta parte é marcada pela intensificação de cenas desumanas, *Era um sonho dantesco... o tombadilho / Que das luzernas avermelha o brilho. / Em sangue a se banhar. / Tinir de ferros... estalar de açoite... / Legiões de homens negros como a noite, / Horrendos a dançar... / Negras mulheres, suspendendo às tetas / Magras crianças, cujas bocas pretas / Rega o sangue das mães: / Outras moças, mas nuas e espantadas, / No turbilhão de espectros arrastadas, / Em ânsia e mágoa vãs!* Tudo isso é motivo de riso e de escárnio para os marinheiros como bem ilustra esse verso: *E ri-se a orquestra irônica, estridente [...].* Enquanto isso, o navio vai seguindo rumo à terra desconhecida.

Na quinta parte o narrador apela à intervenção divina para o tão grande sofrimento dos cativos, sem razão para tal; daí sua indignação e perguntas sem respostas: *Senhor Deus dos desgraçados! / Dizei-me vós, Senhor Deus! / Se é loucura... se é verdade / Tanto horror perante os céus?! Em seguida o narrador*

apresenta um contraste entre o antes (Terra mãe) e a situação presente dos cativos no porão do navio: *Ontem a Serra Leoa, / A guerra, a caça ao leão, / O sono dormido à toa / Sob as tendas d'amplidão! / Hoje... o porão negro, fundo, / Infecto, apertado, imundo, / Tendo a peste por jaguar... / E o sono sempre cortado / Pelo arranco de um finado, / E o baque de um corpo ao mar...*

Seguem as comparações: *Ontem plena liberdade, / A vontade por poder... / Hoje... cúmulo de maldade, / Nem são livres p'ra morrer... / Prende-os a mesma corrente.* Sucessivos contrastes: a Terra-mãe (África) contrasta com o lugar desconhecido (lugar de destino); a liberdade proporcionada pelo lugar de origem contrasta com correntes, horrores e prisões no presente (porão do navio) e no futuro; lugar onde a relativa liberdade só voltará a ser sonhada pelos filhos dos escravizados três séculos depois da chegada dos primeiros africanos (cativos) ao Brasil. Tal liberdade vislumbra-se mais claramente a partir da promulgação da Lei nº 2.040, chamada Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, a determinar que, daquele dia em diante, filhos de escravos nasceriam livres do jugo da escravidão. Notícia boa que surge como luz no fundo do túnel para os escravizados.

A sexta parte revela uma dura crítica às nações que se expõem a essa vergonha e mancham a bandeira de infâmia e cobardia: *Existe um povo que a bandeira empresta / P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!... / E deixa-a transformar-se nessa festa / Em manto impuro de bacante fria!... / Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta, / Que impudente na gávea tripudia? / Silêncio. / Musa... chora, e chora tanto / Que o pavilhão se lave no teu pranto! ...* Sabe-se que a infâmia e cobardia presentes no poema (discurso) de Castro Alves só conheceram o fim oficial com a promulgação da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, Lei nº 3.353, que surge como coroação de todo o processo de resistência e lutas, não só para os negros escravizados há séculos, mas para toda sociedade brasileira.

O outro poema do mesmo autor (Castro Alves), presente na mesma obra (*Os Escravos*), também por nós escolhido, porquanto contém um discurso crítico

e abolicionista, intitula-se "*Vozes d'África*". Nele, o eu lírico (poético) queixa-se do abandono de Deus que de longe parece assistir passivamente aos infortúnios dos africanos arrancados de suas terras para caírem no total desamparo e serem transformados em escravos; é o que se pode ver na primeira estrofe do poema: *Deus! ó Deus! onde estás que não respondes? / Em que mundo, em qu'estrela tu t'escondes / Embuçado nos céus? / Há dois mil anos te mandei meu grito, / Que embalde desde então corre o infinito... / Onde estás, Senhor Deus?... O eu poético, como que em forma de protesto apela para o alto, sofre, lamenta as atrocidades e suplica pelo fim de tal desgraça: Basta, Senhor! De teu potente braço / Role através dos astros e do espaço / Perdão p'ra os crimes meus! / Há dois mil anos eu soluço um grito... / escuta o brado meu lá no infinito, / Meu Deus! Senhor, meu Deus!...*

Sem dúvida, há, nestes poemas, um claro posicionamento do poeta ante a realidade social da sua época e, por meio da literatura, Castro Alves une-se às vozes de todos os que clamavam pelo fim da escravidão. Clamores que resultaram em sucessivas vitórias; lentas, porém, gradativas. Vitórias que aos poucos foram abrindo caminhos para o fim oficial do sistema escravocrata celebrado no dia treze de maio de mil oitocentos e oitenta e oito, conforme se pode ler no documento/lei aprovado no congresso (Câmara dos deputados e Senado):

Lei Áurea – 1888 - Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. DECLARA EXTINTA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL A PRINCESA IMPERIAL Regente em Nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do IMPÉRIO que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º - É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888 - 67º da Independência e do Império. Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembleia Geral, que houve por bem sancionar declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela

se declara. Para Vossa Alteza Imperial. (*Princesa Isabel, 13 de maio de 1888*).

O caminho percorrido até se chegar a essa data da assinatura da abolição da escravidão foi atravessado por vários desafios que vão desde o silenciamento dos escravizados que se opunham aos abusos perpetrados pelos escravistas, aos movimentos literários e políticos brasileiros.

Sendo assim, é pertinente afirmar que, os primeiros discursos abolicionistas manifestados pelos próprios escravizados, no limiar da escravidão no Brasil, eram ignorados; e os protagonistas eram vistos ou tachados de “loucos” – no dizer de Foucault (quando se refere ao procedimento de exclusão/rejeição na ordem do discurso) - “cujo discurso não pode circular como os dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 10-11). Pois, no caso dos escravizados, seus sofrimentos e lutas pró-libertação não vêm ao encontro dos interesses da elite dominante; os “loucos” ferem a suposta “ordem” social da época. Diz-se suposta ordem, com reserva, exatamente porque se entende que, o que para alguns significava ordem, para outros não passava de critérios de exclusão, rejeição, separação, silenciamento de um povo.

Certamente, o Iluminismo (1685-1815), com seus principais ideais de liberdade política, econômica e social, incorporados no contexto brasileiro da época, contribuiu para a intensificação da busca pelo fim da escravidão no Brasil. Tais ideias, indubitavelmente, ao se instalarem no contexto brasileiro dos finais do XVIII e começo do século XIX passaram a questionar o sistema escravocrata e a estimular mudanças. Haja vista que, em 1798 aconteceu a Inconfidência Mineira<sup>4</sup> e a Conjuração Baiana<sup>5</sup>; em 1817 aconteceu a Revolução Pernambucana<sup>6</sup>; em 1850 aconteceu o fim do tráfico de escravos no Brasil com

---

<sup>4</sup> Revolta da elite econômica de Minas Gerais, fruto da insatisfação da classe média-alta com os elevados impostos cobrados pela coroa portuguesa.

<sup>5</sup> Revolta popular que acontece em Salvador da Bahia contra o domínio português no Brasil, contra a escravidão vigente à época e contra a grave crise socioeconômica na Bahia.

<sup>6</sup> Revolta popular ante a crise socioeconômica em todo o Nordeste do Brasil, gerada pelos elevados impostos para atender às necessidades da família real que se instalara no Rio de Janeiro desde 1808.

a promulgação da Lei nº 581, chamada Lei Eusébio de Queiroz<sup>7</sup>; em 1871 surgiu a promulgação da Lei nº 2.040, Lei do Ventre Livre<sup>8</sup>; em 1885 promulgou-se a Lei nº 3.270, conhecida como Lei Saraiva - Cotegipe<sup>9</sup>; finalmente, em 1888 foi aprovada a Lei nº 3.353, conhecida como Lei Áurea,<sup>10</sup> que, oficialmente, colocava fim a escravidão no Brasil.

Todos os movimentos que antecederam o fim do tráfico de escravos e, conseqüentemente, o fim da própria escravidão negra no Brasil, desempenharam um papel importante para a concretização da assinatura da Lei Áurea, lei que marca o fim do regime escravocrata e dá origem a uma nova lógica relacional na sociedade brasileira. Referimo-nos a movimentos de todas as classes sociais: movimentos políticos, populares, literários, movimentos reacionários dos próprios escravizados, presentes desde o início da escravidão.

Antes mesmo da outorga da primeira Constituição do Brasil, feita por Dom Pedro 1º, que cria a Câmara dos Deputados e o Senado, em 1824, já em 1823, no âmbito político, começava um intenso movimento abolicionista. José Bonifácio de Andrade e Silva, considerado, na história do Brasil, um patriarca da Independência, por meio de uma representação feita à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império, manifesta a necessidade da abolição da escravatura no país dentro de um prazo de cinco anos, a contar da data da representação. Esta era a primeira e incisiva manifestação pública no âmbito político em favor do fim da escravidão naquele território.

Seguiram-se outras manifestações políticas que não cabem aqui neste artigo, mas, trazemos algumas, a título de exemplo, para ilustrarem os discursos políticos favoráveis a abolição e que somados a outros discursos populares e literários, conduziram ao fim do tráfico de escravos e conseqüentemente ao fim

---

<sup>7</sup> Lei que põe fim ao tráfico de africanos para o Brasil.

<sup>8</sup> Lei que tornava livres os filhos de escravos que nascessem a partir da decretação daquela mesma Lei.

<sup>9</sup> Também conhecida como lei dos sexagenários, é uma lei que beneficiava os negros de mais de sessenta anos de idade. A partir da promulgação dessa lei, todos os negros acima de sessenta anos eram libertos da escravidão.

<sup>10</sup> Lei que oficialmente extingue a escravidão no Brasil.

oficial da escravidão. É o caso do deputado José Clemente Pereira que, em 1826 apresentava projetos para acabar com o comércio de escravo; o senador Felisberto Caldeira Brant que propôs uma lei que desembocaria no fim do tráfico de escravos em 1885; e tantos outros com discursos corajosos a favor da liberdade dos escravizados, por exemplo, André Pinto Rebouças, Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo e Ruy Barbosa de Oliveira.

Entre vários nomes, há alguns que merecem destaque quando se trata dos discursos abolicionistas no Brasil; são eles: André Pinto Rebouças (1838 – 1898), natural da Cachoeira/Bahia/Brasil, engenheiro e professor; é apontado pelos estudiosos brasileiros como um dos intelectuais do século XIX envolvidos com o fim da escravidão. Não se trata de uso de forças ou instigar os escravizados a buscarem a liberdade por meio de violência, mas usar os meios adequados existentes (imprensa e política), para que, de forma lenta e progressiva, despertem-se as consciências, sobretudo, das elites para o desenvolvimento do país que, por sua vez, passaria necessariamente - segundo Rebouças - pelo fim da escravidão e pela reforma agrária. Essas ideias eram divulgadas pela imprensa e levadas pelo autor do projeto aos ministros do Império: à Câmara dos deputados e aos ministros João Alfredo e Ferreira Viana, principais intermediários políticos para as ideias de Rebouças. Seus discursos apontavam para o abolicionismo e, conseqüentemente, para o fim da miséria da grande parte da população brasileira da época.

Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo (1849 – 1910), natural do município de Recife, Estado de Pernambuco/Brasil, político, diplomata, historiador e advogado; um dos mais importantes e populares abolicionistas e membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1887 Nabuco foi eleito deputado a representar o Estado de Pernambuco. Antes mesmo da sua eleição como deputado, já em 1884 propunha uma série de medidas que visavam à extinção gradual da escravidão. Na Câmara dos deputados tornou-se grande defensor de melhores estruturas políticas e socioeconômicas brasileiras, colocando-se, assim, na mesma linha das ideias e projetos de Rebouças.

Ruy Barbosa de Oliveira (1849 – 1923), natural de Salvador, Bahia – Brasil; advogado, político, diplomata e escritor, autor de discursos importantes pró-abolicionistas. Atribui-se a ele o discurso citado abaixo contra aqueles que se opunham ao abolicionismo:

O movimento parlamentar da emancipação não retrocede uma linha. Não há maioria com forças para detê-lo. As vossas vitórias aparentes reverter-se-ão contra vós. De cada uma delas o espírito libertador reerguer-se-á mais poderoso, mais exigente, mais afoito, reencarnando em um plano mais amplo. As concessões moderadas, que hoje recusardes, amanhã já não satisfarão a ninguém ([www12.senado.leg.br](http://www12.senado.leg.br)).

Nem toda a gente sabia ler e escrever. Aqui entra outro elemento importante, a criatividade dos movimentos antiescravistas: realizar conferências (meetings), promover debates para expor as razões da necessidade do fim do trabalho escravo e instaurar um novo modelo de trabalho (livre e remunerado), colocando-se, assim, na mesma senda de países que já tinham abolido o trabalho escravo.

Na leitura dos discursos proferidos na última década que antecedia o fim oficial da escravidão no Brasil, tanto na Câmara dos deputados quanto nos meetings abolicionistas, nota-se que o interesse primordial dos abolicionistas não era a solidariedade à dor dos escravizados, mas era, sobretudo, a preocupação com a modernização da sociedade brasileira no que diz respeito à sua organização política e socioeconômica. Para isso era indispensável colocar fim ao sistema escravocrata, ou seja, “a Abolição deveria [...] pavimentar o caminho que conduziria a reformas sociais e econômicas necessárias ao País, através da criação de verdadeiras condições econômicas e sociais que integrariam o ex-escravo na estrutura da nação” (JUCÁ, 1988, p. 213). O abolicionismo é visto não como fim em si mesmo, mas como meio para se alcançar o verdadeiro fim desejado – estruturação política e socioeconômica do Brasil. Porém, não é por isso que deixa de ser um evento importantíssimo no contexto social da época, principalmente para o fim formal da escravidão da população negra no Brasil.

## **CONCLUSÃO**

Por meio dos poemas de Castro Alves, dos discursos políticos de algumas personalidades no mundo político da época da escravidão no Brasil e à luz das obras consultadas, o artigo trouxe à tona a força dos discursos que serviram de substratos para se chegar à realização dos sonhos dos escravos e dos seus defensores. Os discursos e autores escolhidos servem para ilustrar as lutas travadas e o caminho percorrido para se chegar ao desejado fim da escravidão no Brasil.

Conforme nossa proposta inicial, de analisar até que ponto os discursos literários e políticos têm em si força suficiente e são capazes de mobilizar consciências a ponto de gerar um movimento em busca de uma real libertação, percebemos ao longo do desenvolvimento do nosso trabalho o quanto os indivíduos conscientes e organizados podem gerar transformações sociais.

Aliás, em *Microfísica do Poder*, Foucault (1979) ajuda-nos a perceber o poder presente nos indivíduos, e como esse mesmo poder revela sua força no coletivo. O poder, para ele, é algo que vai circulando em cadeias e exerce-se em redes. Assim, percebemos como os movimentos literários e políticos, unidos pela mesma causa foram dando passos significativos e sucessivos até alcançarem o objetivo comum que é a abolição da escravidão no Brasil.

Enfim, vários movimentos e discursos abolicionistas foram criados e, certamente, todos eles desempenharam um papel preponderante para as sucessivas conquistas até ao derradeiro dia em que o Congresso Nacional (Câmara dos deputados e o Senado) aprovou o projeto e a Princesa Isabel sancionou a nova Lei que, imediatamente, entrou em vigor em toda a Nação brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Castro. (2001). *O navio negreiro*. In: "Espumas flutuantes" e "Os Escravos". 2ª ed. Martins Fontes.

ALVES, Castro. (1997). *Obra Completa*. Editora Nova Aguilar S. A.

AMADO, Jorge. (2010). *ABC de Castro Alves*. Companhia das Letras.

CANDIDO, Antonio. (2006). *Literatura e Sociedade*. 9ª edição revista pelo autor. Ouro sobre Azul.

FOUCAULT, Michel. (1979). *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado. Edições Graal.

\_\_\_\_\_. (2009). *A Ordem do Discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19ª ed. Edições Loyola.

JUCÁ, Joselice. (1988). A questão abolicionista na visão de André Rebouças. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife, v. 4, n. 2, p. 207-218, jul./dez.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. (agosto/2017). *TRÁFICO ATLÂNTICO, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL*. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano X, Nº XIX. Disponível em: file: <file:///C:/Users/milen/Downloads/137196-Texto%20do%20artigo-264777-1-10-20170818.pdf>

SENADO BRASILEIRO: [www12.senado.leg.br](http://www12.senado.leg.br)